

**PRESERVANDO LEMBRANÇAS E FORJANDO GLÓRIAS:  
AS “PASTAS PESSOAIS” DOS INTEGRANTES DO IHGSC**

Karla Simone Willemann Schütz<sup>1</sup>

**Resumo:** Constituídos por diversos fragmentos de memórias, experiências, mas também esquecimentos e lacunas, os arquivos carregam consigo muito mais do que a documentação que os compõem. Em cada conjunto documental podem ser observadas “ordens”, “funções” e temporalidades, que não estão ali simplesmente a serviço do pesquisador. Partindo destes pressupostos, o presente trabalho tem como objetivo dar atenção a atividade seletiva realizada por aqueles que, em diferentes temporalidades, produziram uma prática de arquivamento junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC. Agregadas à variada documentação abrigada pelo IHGSC estão disponíveis aos pesquisadores diversas pastas onde estão salvaguardadas documentações relativas aos integrantes do instituto. Cada membro vinculado a essa instituição possui uma “pasta”, na qual estão acondicionados vestígios referentes a sua trajetória, principalmente profissional, como convites para eventos ou lançamentos de livro, recortes de jornal, fotografias, telegramas, revistas, pequenas publicações em forma de livro, cópias e rascunhos de discursos proferidos pelo titulares desses conjuntos documentais, cópias de e-mails, bilhetes, etc. A partir desse diagnóstico lançou-se um olhar etnográfico sobre essas “pastas” tentando compreender as narrativas que elas compõem. Criadas e conservadas no Instituto, essas compilações parecem ter um papel de “testemunhos”, bem como de fazer parte de um projeto institucional que busca “interditar” o esquecimento e até mesmo “forjar a glória” de seus membros.

**Palavras-chave:** Arquivo. História do Tempo Presente. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

## INTRODUÇÃO

O arquivo, antes de ser memória histórica, é memória da dominação, constante de legados e atestações, de certificados que são provas dos direitos de poder, de posse e de origem familiar. [...] Controle do arquivo é controle da memória. Depois de uma mudança de poder político, a existência do arquivo se desloca juntamente com as estruturas de legitimação. Uma nova hierarquia de valores e uma nova estrutura de relevância são construídas, e o que antes era secreto (como os atos da Stasi, a polícia secreta da Alemanha Oriental) torna-se acessível ao público. (ASSMANN, 2011, p.368)

---

<sup>1</sup> Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Bolsista do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação – PROMOP, karlawunschütz@gmail.com.

Os arquivos parecem ser lugares tão corriqueiros e inerentes ao fazer historiográfico que as trajetórias e processos que os formam e as suas próprias condições de existência, em grande medida, passam longe dos questionamentos que permeiam as investigações de historiadoras e historiadores. Não são muitos aqueles que buscam destrinchar minimamente os caminhos percorridos pelos vestígios dos quais se servem como objeto de análise. Esta documentação a eles pertencente não é mera fonte de informação. Cada conjunto documental carrega ordenações, funcionalidades e, que não estão ali simplesmente ao “bel-prazer” do pesquisador. A citação que abre este texto, por exemplo, levanta a reflexão acerca dos possíveis percursos, seleções e acessibilidade de certos conjuntos documentais de caráter público ou privado acumulados ao longo do tempo. Conjuntos que também podem ter a sua existência condicionada e relacionada a determinados regimes políticos, processos históricos ou até mesmo eventos de uma história familiar e que reverberam na maneira como seus itinerários são construídos.

Em especial, no que tange aos arquivos pessoais, podemos dizer que as reflexões são ainda relativamente recentes, e como afirma, Heymann (2012), emergem sobretudo a partir da década de 1990, acompanhando novas correntes e temas de pesquisa que da mesma forma passam a ganhar força no cenário historiográfico. Como não podia ser diferente, dentro dessas reflexões muitos são também os nortes e referências, contextos que acabam gerando também algumas visões diferenciadas acerca de que olhar nós historiadoras e historiadores devemos lançar aos arquivos. Por exemplo, a partir dos textos de Luciana Heymann (2012) e Ana Maria de Almeida Camargo (2009) podem ser levantadas questões que corroboram esta indeterminação. No caso, destaca-se no texto de Heymann – *Os arquivos em questão: novas abordagens, antigas tradições*, encontrado no livro *O lugar dos arquivos: a construção do legado de Darcy Ribeiro*, uma sutil crítica à afirmação de Camargo em relação ao tratamento que deveria ser legado aos arquivos pessoais. De acordo com esta última autora, a partir do momento que os arquivos pessoais são entendidos também como “arquivos”, estes devem ser observados a partir de uma perspectiva “funcional”, princípio herdado da arquivologia que leva em conta no momento da classificação documental as funções exercidas pelas entidades produtoras do arquivo. Ou seja, os documentos devem sempre estar conectados ao contexto em que foram produzidos. Visão que Heymann questiona em parte, pois muita da documentação encontrada dentro destes conjuntos não tem fácil identificação e recusa

portanto o tipo de abordagem sugerida por Camargo, que por sua vez, segundo Heymann, não consegue solucionar tal problemática deixando, então, uma brecha nessa reflexão.

No entanto, é difícil negar que essa visão “funcional” seja importante, mesmo que, às vezes, seja difícil de ser executada. Ao iniciar a pesquisa documental é preciso que se conheça da melhor maneira possível a trajetória do documento que pode se tornar fonte de um trabalho historiográfico. Nenhum documento é neutro, e nele, na sua presença, ou quem sabe ausência, também estão as marcas daqueles que o produziram ou salvaguardaram, seja este objeto encontrado num arquivo institucional ou pessoal. A questão dos arquivos pessoais aqui é cara, pois os objetos selecionados para análise integram um conjunto de fontes referentes a personagens específicos, mesmo fazendo parte de uma acumulação documental institucional.

Já pensando os arquivos enquanto problemáticas da História do Tempo Presente, um ponto que pode ser colocado se refere justamente à questão da “interdição do esquecimento”. A partir do diagnóstico sugerido pelo historiador Pierre Nora (1993) - ainda na década de 1980 - de que vivemos no tempo presente um processo de aceleração da história, é possível perceber uma sintomática mudança nos procedimentos de guarda e seleção seja no espaço íntimo, seja no espaço institucional. Por conseguinte, tais modificações nas “práticas do guardar” acabaram por trazer à tona novas estruturas e procedimentos de pesquisa, um exemplo candente: a digitalização documental. Ainda nesse contexto, Andreas Huyssen (2000), indica que vivemos na contemporaneidade um processo de crescimento de uma consciência preservacionista e de “obsessão” pela memória, situação advinda, principalmente, de uma ampliação do universo temático de pesquisas e também do conjunto de fontes e documentos objetos destas pesquisas. Sendo assim, é notável que tenham emergido nos últimos anos, por conta da variedade e volume daquilo que pode ser encontrado em arquivos pessoais e institucionais, outras demandas nos tratamentos metodológicos e teóricos envolvidos na investigação arquivística.

Mas de que forma uma reflexão acerca do arquivo como um todo pode auxiliar na compreensão de um conjunto documental em especial? Como coloca Ana Maria de Almeida Camargo (1998, p. 170):

Ao contrário do bibliográfico, o documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem. Para além do suporte, do formato e do conteúdo, passíveis da modalidade de identificação típica da biblioteconomia, importa conhecer o

vínculo orgânico entre o documento e a ação que nele se materializa a título de prova ou evidência.

Logo, antes de interrogar a documentação de forma individual é preciso, no mínimo, que o pesquisador se pergunte se ela é parte de um conjunto maior de fontes, por quem foi produzida, se integra um arquivo institucional ou pessoal (mesmo que às vezes as fronteiras entre estas categorias sejam tênues). Dentro deste último questionamento ainda poderiam emergir indagações como: de que forma se configura a entidade/pessoa que arquiva/arquivou este conjunto? Que tipo de práticas/atividades este espaço desenvolve? Além de salvaguardar, aquele que salvaguarda também é o produtor desta documentação? Qual a trajetória deste espaço e desta documentação? Sendo assim, dentro deste panorama, antes de pensar o que o que cada documento em si pode informar, é possível refletir sobre o lugar onde ele está abrigado e sobre a própria “pasta” na qual este pode ser encontrado.

## **FORJANDO NARRATIVAS GLORIOSAS**

As reflexões iniciais que aqui serão apresentadas tomam como objeto as “pastas pessoais” encontradas no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC. Tais pastas se constituem “dossiês” compostos por uma fragmentada profusão de papéis diversos, como convites para eventos ou lançamentos de livro, recortes de jornal, fotografias, telegramas, revistas, pequenas publicações em forma de livro, cópias e rascunhos de discurso proferidos pelo titular da pasta, cópias de e-mails, certidões de casamento e óbito, etc. Uma multiplicidade de documentação, característica interessante, que torna possível inclusive diferenciar as conjunturas que formam os arquivos institucionais e os arquivos de caráter pessoal, e aquilo que a eles estará integrado.

As perguntas acima colocadas, são a tentativa, ainda que superficial, de lançar sobre estes objetos – que fazem parte de um conjunto documental mais amplo disponível à consulta no IHGSC – um olhar a partir de uma “perspectiva etnográfica”, ou seja, buscando “deslocar a atenção dos documentos para os processos de constituição desses acervos” (HEYMANN, 2013, p.67). Tomando como norte esse “olhar antropológico” ainda é preciso que sejam levados em conta os contextos nos quais estes arquivos estão inseridos: de um lado os contextos sócio-históricos mais abrangentes e de outro os contextos arquivísticos nos quais

são salva-guardados. Como uma das principais pesquisadoras dentro deste campo de estudos Heymann ainda afirma que:

Ainda que a produção bibliográfica não permita falar em um campo de estudos delimitado, vem ganhando espaço, nos últimos anos, uma abordagem interessada na dimensão textual e simbólica dos arquivos, no seu significado como lugar de encontro – e de violência – entre culturas e saberes, e nas relações que se estabelecem entre artefatos documentais e arcabouços institucionais, de um lado, e o próprio pesquisador, de outro. Não escapou a essas análises a dimensão ativa da prática arquivística na conformação das fontes históricas, seja na identificação do que tem “valor histórico” e merece ser preservado, seja na dimensão das classificações operadas no processo de tratamento documental. (HEYMANN, 2013, p.69)

Vale ressaltar que esta maneira diferenciada de olhar os processos de acumulação e instituição de arquivos institucionais e pessoais não entende tais conjuntos documentais como “entidades”, mas objetiva compreender de que forma eles podem se tornar estas “entidades”. Dessa maneira, as perguntas que são colocadas buscam quais seriam os atributos, contornos e a localização destes objetos, ou seja, tais questionamentos procuram dar conta de suas “historicidades”.

Tomando como referência a perspectiva acima descrita, o presente trabalho se constitui então um “pequeno desvio” de percurso da tese em andamento *Um historiador entre-lugares: a historiografia catarinense e a trajetória do professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1963-2016)*. Diferentemente da tese onde o objetivo é pesquisar os percursos profissionais e historiográficos seguidos pelo historiador e professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, aqui o principal intuito é pensar o arquivo onde está sendo realizada parte da pesquisa de documentação da tese. Mesmo sendo entendido com um pequeno distanciamento, o que aqui se quer apresentar no entanto, não deixa de ser um movimento importante, pois busca situar o lugar de onde são extraídos os “testemunhos de um passado”. Mais uma vez, como afirma Heymann (2013, p. 72):

Iluminar o caráter construído dos arquivos institucionais ou pessoais, investir na sua historicidade, não equivale negar sua legitimidade, mas a examinar as práticas e os discursos por meio dos quais o “monumento”, o arquivo-fonte, encobre o “fragmento”, os gestos – múltiplos, diacrônicos, descentralizados – que constituíram concretamente estes conjuntos documentais. Trata-se de uma chave para o uso crítico destas fontes.

Pensando especificamente sobre o espaço onde estão depositadas os dossiês (as pastas) foco da presente reflexão, o IHGSC, pode nos oferecer um misto de categorias (institucional e pessoal), pois apesar de estarem ligados a figuras específicas, que provavelmente também tenha, operado na construção desse conjunto documental, se percebem traços bem aparentes da interferência de terceiros neste arquivamento, como demonstram os documentos de datas posteriores à morte de seus titulares que aparecem nestas pastas. Além disso, o lugar de onde surge esse arquivamento não está ligado a um espaço circunscrito à figura destes titulares, mas a um lugar destinado à pesquisa historiográfica, onde esta prática de criar “pastas pessoais” é comum e acontece com a maioria daqueles que são/foram associados ao IHGSC. O que parece ser uma acumulação marcada pela projeção de um “devir histórico” e uma tentativa de “monumentalização” destes personagens ligados ao Instituto, já que o espaço tem como objetivo o acesso a pesquisadores. Sendo assim, é importante ter atenção ao trabalho seletivo realizado por aqueles que em diferentes temporalidades produziram este arquivamento. Estas “pastas” criadas e conservadas no Instituto parecem fazer as vezes de “testemunhos” e, também, são parte de um projeto institucional que busca “interditar” o esquecimento da atuação de seus membros – ainda que a organização e situação de conservação destas pastas seja bastante questionável.

Ao observar a documentação presente nestes dossiês percebe-se que não aparecem documentos, quaisquer que sejam, referentes à “fracassos” ou “polêmicas”, principalmente quando o material coletado são os recortes de jornais, que vão desde contribuições destes associados do Instituto a partir de consultoria técnica (vinculada à História ou à Geografia) à anúncios de participações em eventos, lançamento de publicações e recebimento de homenagens nos mais diversos locais de Santa Catarina, Brasil e ao redor do Mundo. No caso específico das pastas dos historiadores Walter Piazza e Carlos Humberto Pederneiras, homenagens à eles oferecidas em países como Portugal, Bolívia e Uruguai.

Quando interrogadas, as pessoas envolvidas na coleta, preservação e organização do acervo do IHGSC, pouco tiveram a dizer. Em linhas gerais, essa prática foi descrita com muita naturalidade. Não se sabe ao certo por instrução de quem, desde quando, por que ela é realizada e como deveria ser realizada. Em algumas pastas foram encontradas fichas catalográficas que pareciam tentar dar conta de uma organização destas pastas, datadas de

1972, estas fichas podem ser talvez indícios de quando esta prática pode ter sido instruída junto aos funcionários e membros do Instituto. Além disso, tais funcionárias responsáveis pela organização relataram que os próprios sócios também são responsáveis pelo processo de acumulação, trazendo eles próprios documentação que deverá integrar o seu dossiê. Mais uma informação que indica um movimento em direção à fabricar uma narrativa individual bem sucedida, de glórias e feitos. Para além da disponibilização de consulta à pesquisadores, nenhum outro uso institucional foi relatado por estas mesmas funcionárias, mais uma evidência que corrobora a hipótese levantada logo acima.

Agora, voltando à reflexão para aquilo que os documentos contém ou “dizem”, outras perguntas são passíveis de serem feitas, claro, sem que se perca de vista os lugares pelos quais eles podem ter transitado e aquele que hoje os abriga. Tendo essa concepção em mente seria possível interrogar por exemplo: Qual a função desses documentos no momento em que foram criados? Qual o contexto de criação destes documentos? Por que eles foram parar nestas pastas? O que eles podem informar? Pensando a partir de uma perspectiva funcional pode-se dizer que esta acumulação está remetida às atividades do próprio organismo que a realiza; por exemplo, se é um arquivo pessoal de professor, haverá atividades de ensino, a “função” será docência, e aí se busca encontrar documentos no arquivo cuja geração esteja diretamente relacionada a isso. Nesse sentido, ao analisarmos cada documento individualmente seria importante encontrar conexões dele com indícios documentais, já que um documento de arquivo é raramente compreensível por si só.

Em muitos dos documentos observados nestas pastas são encontrados alguns ofícios, documentos advindos de espaços da administração pública, do poder executivo de Santa Catarina e Florianópolis, como o gabinete do governador do estado, secretarias estaduais e municipais, etc. Nessa sequência, nota-se que estes ofícios parecem estar vinculados às diversas funções por alguns titulares exercidas, de representação do IHGSC ou de pesquisador vinculado ao IHGSC. Sendo uma documentação advinda de um espaço da administração pública, percebe-se que ela se origina num contexto extremamente burocrático, com todas as “numerações” e “carimbos” tão característicos destes espaços. Estes últimos, elementos importantes para o controle e “autenticação” deste e de outros documentos da mesma natureza produzidos neste cenário. Contudo, como estes documentos estão muito fragmentados e dispersos fica muito difícil definir a motivação de sua criação e por que eles se encontram

junto a estes dossiês documentais, pois, como já colocado anteriormente, as funções e atividades são definidas a partir do exame do conjunto dos documentos de arquivo.

Mas, a pergunta persiste, por que estes documentos podem ser encontrados nestas pastas? E a partir das outras evidências acima descritas, pode-se supor que a conservação desta documentação, por sua vez, remete mais uma vez à conjuntura já mencionada anteriormente, que parece indicar que este conjunto documental faz parte de um projeto do IHGSC que visa impedir o “esquecimento” de seus membros, e por consequência, a ausência de “testemunhos” acerca destas trajetórias, por fim, construindo por meio destas pastas narrativas acerca destes homens e mulheres que integram o grupo de sócios do instituto.

Nesse panorama pode ser mencionada a questão de alguns destes personagens terem sido “homens públicos”, pois ser membro do IHGSC não se constituía (e ainda não se constitui) a atividade principal de seus integrantes, que não eram necessariamente historiadores ou geógrafos de formação, mas também exerciam atividades ligadas a medicina, direito, serviço público, docência em instituições de ensino superior, política, etc. Nesse sentido, é perceptível que quanto maior a projeção destes homens e mulheres no espaço público e quanto mais “ativa” sua atuação junto ao Instituto, maior é o volume de documentação encontrada nestes dossiês.

Ainda neste contexto, a título de exemplo, notou-se que as pastas dos sócios já falecidos Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Fernando Piazza e Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, contém muitos documentos relacionados ao seu período de atuação junto à Universidade de Federal de Santa Catarina. Sendo muito difícil delimitar os limites entre os documentos “pessoais” e os arquivos das instituições nas quais eles trabalharam, uma vez que grande parte dos documentos por ele acumulados são procedentes dos arquivos dessas últimas, especialmente, a UFSC.

Por exemplo, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, que transitou por várias instituições e cargos dentro da cidade de Florianópolis e do estado de Santa Catarina fora a função de presidente IHGSC: foi diretor do Museu de Arte Moderna de Florianópolis (1963-1969), Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina (1969-1975), Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis (1975), professor titular da UFSC (1967 – 1991), além de professor em diversas outras instituições públicas e privadas, no ensino regular e

universitário. Trânsito que aparece em sua pasta, corroborando o que diz Heymann (2012) quando se refere aos arquivos de personagens investidos de função pública. Segundo a autora, nestes espaços a produção e acumulação documental se aproxima “mais da sistemática das instituições do que da dinâmica dos gestos pessoais de arquivamento.” (HEYMANN, 2012, p.57) Misturados à documentação diversa, como recortes de jornal, esses documentos “burocráticos” demonstram o que Heymann expressa como uma “zona de indeterminação” quanto à natureza destes arquivos de “homens públicos” - se estes seriam públicos ou privados – o que segundo ela, animaria ainda mais o debate acerca destes objetos.

No entanto poder-se-ia perguntar: é a presença maior ou menor de documentos de caráter público que torna um arquivo pessoal ou público? Será que um pessoa “ordinária” também não tem documentos “públicos” no seu arquivo pessoal? Um estudante da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, por exemplo não teria documentos emitidos por esta instituição, ou por outras instituições públicas, pelas quais de alguma forma tenha tido contato? Tais documentos podem fazer parte deste arquivo em especial porque tal estudante se relacionou com essas instituições públicas, por esse ângulo é importante ressaltar que o que dá sentido ao conjunto documental é o próprio acumulador (o estudante), e não a quantidade de documentos da UDESC ou de qualquer outra instituição com a qual ele tenha se relacionado e que podem ser encontradas no acervo por ele salva-guardado.

## CONCLUSÃO

Enfim, a partir de tudo que aqui foi apontado, espera-se que tenha sido possível indicar alguns dos caminhos pelos quais os documentos aqui utilizados como objeto são passíveis de serem inquiridos. Nesta análise crítica, foi priorizada para uma reflexão a respeito de fontes pessoais o investimento não apenas naquilo que cada documento pode informar, mas também na forma e onde eles são apresentados, os processos que os originam, bem como aquilo que permitiu suas existências. Claro, sempre tomando cuidado para que esta acumulação não seja “sacralizada” e entendendo que o objetivo se orientou no sentido de sugerir apontamentos acerca de que forma estas pastas abrigadas no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina poderiam ser observadas e inquiridas.

A busca por compreender os conjuntos de natureza pessoal, mesmo que abrigados por uma instituição, não como apenas produtos “naturais” de determinadas trajetórias individuais, pode auxiliar na compreensão de outros significados subjacentes a estes arquivos, movimento que por sua vez, pode produzir um avanço no trabalho de reflexão acerca de métodos e técnicas que podem amparar novas abordagens no tratamento destas “massas” documentais. Questões como os investimentos pessoais de cada titular, o desejo de promover determinada imagem perante o público e as próprias visões de mundo, assim como regimes políticos, processos históricos ou até mesmo eventos de uma história familiar, como sugere a citada de Aleda Assmann colocada logo ao início deste texto, tangenciam e se objetivam na formação dos arquivos institucionais e pessoais, bem como, se objetivam nos usos que seus titulares ou aqueles que ficam responsáveis pela sua preservação lhe concedem. Tais questões, por fim, fornecem diferentes maneiras de compreensão dos arquivos que vão além daquelas que relacionam apenas os documentos e a sua trajetória.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleda. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011. p.15-67.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma Abordagem Diplomática dos Arquivos Pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.21, 1998, p. 169-174.

\_\_\_\_\_. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.45, n.2, p.26-39, jul.-dez. 2009. Disponível em:<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

HEYMANN, Luciana. Os arquivos em questão: novas abordagens, antigas tradições. In: \_\_\_\_\_. **O lugar dos arquivos: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: ContraCapa, FAPERJ, 2012. p. 23-85.

\_\_\_\_\_. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: HEYMANN, Luciana; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle (Org). **Arquivos Pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p.67-76

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000.



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.